SHEILA MARQUES DUARTE BASSOLI
ADRIANA SALETE LOSS

DOCENTE INCLUSIVO

UM MANUAL PRÁTICO PARA A INCLUSÃO DE ACADÊMICOS PCD'S NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM

Mestrado Profissional em Educação

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO (PPGPE)

Docente Inclusivo: Um manual prático para a inclusão de acadêmicos PcD's na Universidade Federal da Fronteira Sul

Produto Educacional da dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGPE) da Universidade Federal da Fronteira Sul(UFFS) Campus Erechim/RS.

Pesquisadora: Sheila Marques Duarte Bassoli
Orientadora: Profª. Drª. Adriana Salete Loss

Erechim
2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO (PPGPE)

PRODUTO DE PESQUISA

EXPEDIENTE

Diretor da UFFS Campus Erechim-RS
Luís Fernando Santos Corrêa da Silva
Coordenadora Acadêmica da UFFS Campus Erechim-RS
Cherlei Márcia Coan
Coordenador do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGPE)
Almir Paulo dos Santos
Professora Orientadora da Pesquisa
Profª Adriana Salete Loss
Pesquisadora Principal
Sheila Marques Duarte Bassoli
Apoio para pesquisa:
Estudantes e Técnicos da UFFS, Docentes do PPGPE, Profª Sonize Lepke e Profª Jane Peruzo Iacono

CIP – Catalogação na Publicação

B322d

Bassoli, Sheila Marques Duarte

Docente inclusivo: um manual prático para a inclusão de acadêmicos pcd's na Universidade Federal da Fronteira Sul. [livro eletrônico] / Sheila Marques Duarte Bassoli, Adriana Salete Loss / – Erechim, RS: Ed. dos autores, 2024.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-985537-8-4

1. Inclusão. 2. Acessibilidade. 3. Permanência - UFFS. I. Loss, Adriana Salete II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título. CDD: 371.9

Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário Thiago Menezes Cairo CRB10/ 2409

Sumário

Introdução 5

Conceitos Básicos 6

Amparo Legal 8

Deficiência Física 10

Deficiência Visual 11

Deficiência Auditiva 12

Deficiência Intelectual 13

Transtorno do Espectro Autista 14

Estratégias de Ensino Inclusivo 15

Avaliação 17

Considerações Finais 18

Referências 19

Introdução

O “Manual do Docente Inclusivo” surge a partir da pesquisa de mestrado intitulada “EVASÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: Pessoas com Deficiência na Universidade Federal da Fronteira Sul”. Nessa pesquisa ficou evidente que uma das principais fragilidades institucionais é a falta de preparo dos professores para atuar com as demandas da Educação Inclusiva. Nesse sentido, esse manual tem o objetivo de auxiliar os docentes do Ensino Superior em sua atuação profissional. O manual apresenta conceitos sobre a temática, legislações e regulamentações da Educação Inclusiva, terminologias adequadas para utilizar com os estudantes, sugestões e estratégias de ensino e aprendizagem. Além desse formato, o manual será apresentado na Língua Brasileira de Sinais - Libras, disponível por meio de *QR Code* ao final deste material. Esperamos que esse material ajude no desenvolvimento de uma Universidade Inclusiva para TODOS.

Conceitos Básicos

Inclusão: Significa combater a exclusão, respeitar e valorizar as diferenças, superando barreiras atitudinais e sociais. É promover a autonomia, colaborando na formação de pensamentos e julgamentos para que cada pessoa possa agir independentemente nas diversas situações da vida (Sassaki, 1997);

Acessibilidade: A acessibilidade é uma condição essencial para a inclusão, ela se apresenta de diversas formas, como a acessibilidade atitudinal, física, tecnológica, comunicativa, linguística e pedagógica (Decreto nº 5.296/2004);

Deficiência: É aquela pessoa que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Lei 13.146/2015);

Necessidades Educacionais Especificas: Refere-se às demandas individuais dos alunos que requerem suporte adicional para alcançar o êxito acadêmico. Essas demandas podem estar relacionadas a deficiências ou questões cognitivas, emocionais e de aprendizado (Relatório Warnock, 1978);

Conceitos Básicos

Capacitismo: É a ideia de que pessoas com deficiência são inferiores àquelas sem deficiência, tratadas como anormais, incapazes, em comparação com um referencial definido como perfeito. O capacitismo estrutural e inconsciente é a discriminação em razão da deficiência, muitas pessoas se referem às pessoas com deficiência com um certo “heroísmo”, ou em outras palavras, uma supervalorização da realização de tarefas básicas.(CNN Brasil, 2021);

Atendimento Educacional Especializado: Tem por objetivo ampliar o ponto de partida e de chegada do aluno em relação ao seu conhecimento. Proporciona uma relação com o saber diferente e objetiva ampliar a autonomia pessoal do estudante, garantindo outras formas de acesso ao conhecimento, por exemplo, através do BRAILLE, LIBRAS, uso de tecnologia, etc;

Charge referente ao conceito de *capacitismo* - *Ricardo Ferraz*

Amparo Legal

Legislações sobre Inclusão e Acessibilidade da Pessoa com Deficiência

LEI Nº 14.254, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021: Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.

Fonte:www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20192022/2021/Lei/L14254.htm

DECRETO Nº 10.502, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020: Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.

Fonte:www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20192022/2020/Decreto/D10502.htm

LEI Nº 13.234, de 29 de dezembro de 2015: Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), dispõe sobre a identificação, o cadastramento e o atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação.

Fonte:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2015/Lei/L13234.htm

LEI Nº 13.146, de 6 de julho de 2015: Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Fonte:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/015/Lei/L1316

DECRETO Nº 7.824, DE 11 DE OUTUBRO DE 2012: Dispõe sobre o ingresso nas instituições federais de ensino.(reserva de vagas para pessoas com deficiência).

Fonte:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2012/decreto/d74

DECRETO Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011: Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

Fonte:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2011/Decreto/D7611.htm

DECRETO Nº 7.234, de 19 de julho de 2010: Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, (acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação).

Fonte:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2010/Decreto/D7234

Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, documento que traça o histórico do processo de inclusão escolar no Brasil para embasar "políticas públicas promotoras de uma Educação de qualidade para todos os alunos".

Fonte: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf

LEI Nº 10172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001: Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. (educandos com necessidades especiais, educação especial, integração das pessoas portadoras de deficiência).

Fonte:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm

LEI Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. (Educação Especial).

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

Deficiência Fisíca (DF)

Conceito: Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

Terminologia Adequada: Pessoa com deficiência física, pessoa cadeirante ou cadeirante.

Adaptações Possíveis:

- Salas de aula no térreo;
- Mobiliário adaptado para conforto no estudante;
- Remover móveis ou objetos que impeçam a circulação do estudante;
- Quando falar com o estudante cadeirante, procure se sentar ou abaixar para que o contato fique no mesmo nível, evitando desconforto;
- Mantenha muletas, bengalas ou cadeira de rodas sempre próximas à pessoa que as utiliza;
- Quando estiver acompanhando o estudante com dificuldade de mobilidade, ande no mesmo ritmo;

Deficiência Visual (DV)

Conceito: Alteração completa ou parcial da capacidade visual. Cegueira - caracteriza-se pela completa perda de visão sem percepção visual de luz e forma. Baixa-visão - é definida como uma condição na qual a visão da pessoa não pode ser totalmente corrigida por óculos, interferindo em suas atividades diárias;

Terminologia Adequada: Pessoa com deficiência visual, pessoa com baixa visão, pessoa cega ou cego (a).

Adaptações Possíveis:

- A apresentação inicial do professor ao aluno é importante, visto que o aluno cego identificará seu professor pelo reconhecimento de sua voz;
- O conteúdo programático deve ser disponibilizado de forma digital ou em Braile;
- Forma ampliada para alunos com baixa visão;
- Quando utilizar imagens, explorar a fala narrativa e descritiva;
- Avise aos instrutores, guias e anfitriões, nas atividades de campo, que na turma há um aluno cego e pergunte se há possibilidade de o mesmo tatear os objetos em conhecimento, caso necessário;
- Sempre que modificar o espaço de sala de aula, informar as alterações para que o estudante as identifique;
- Estimule a participação plena do estudante em atividades acadêmicas;
- Busque estratégias diferenciadas para o trabalho com seus alunos, viabilizando a imaginação, a criatividade e outros canais de percepção;

Deficiência Auditiva (DA)

Conceito: Alteração completa ou parcial da capacidade auditiva. Surdez - perda auditiva profunda utilizam normalmente a língua de sinais para comunicação. Deficiência Auditiva - perda parcial da audição e podem fazer uso de aparelhos auditivos, implantes cocleares e outros dispositivos.

Terminologia Adequada: Pessoa com deficiência auditiva, pessoa surda ou surdo (a).

Adaptações Possíveis:

- A responsabilidade de ensinar os conteúdos ao surdo é do professor. O intérprete fará apenas a mediação da comunicação;
- Possibilitar que o intérprete e estudante fiquem posicionados um em frente ao outro;
- Utilizar em sala de aula, sempre que possível, recursos visuais ou concretos;
- O professor deve dirigir – se sempre ao estudante em momentos de diálogos e não ao intérprete;
- É importante estimular que todos os estudantes da turma se comuniquem com o aluno surdo objetivando a interação com a turma;
- Evitar escrever e falar ao mesmo;
- Encaminhar orientações como, datas de provas, trabalhos e exercícios de forma escrita;
- Termos, palavras e nomes em outras línguas devem ser escritos no quadro;
- Os textos trabalhados em sala devem, sempre que possível, ser passados com antecedência para o intérprete e o estudante;

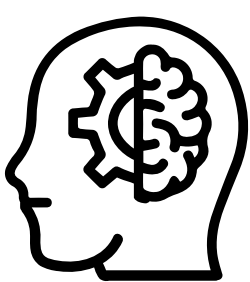
Deficiência Intelectual (DI)

Conceito: Caracteriza-se por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo e está expresso nas habilidades práticas, sociais e conceituais.

Terminologia Adequada: Pessoa com deficiência intelectual, pessoa com Sindrome de Down, sempre utilizando a palavra “pessoa” antes da condição.

Adaptações Possíveis:

- Trate o estudante considerando sua idade, evitando a infantilização desnecessária, agindo sempre de forma natural, tratando adulto como adulto;
- Procure sempre promover a independência do estudante, incentivando a realização das atividade;
- Promova acolhimento - transforme a sala de aula num ambiente que acolha. É importante livrar o local de críticas ou brincadeiras maldosas;
- Procure dar um significado prático ao conteúdo apresentado;
- Utilize recursos visuais e tecnológicos que potencializem a apresentação do conteúdo;
- Quando necessário, utilize o Plano de Adaptações Curriculares (PAC), documento que sistematiza as adaptações necessárias ao conhecimento, à metodologia e à avaliação, para a promoção dos processos de aprendizagem do estudante.



Transtorno do Espectro Autista (TEA)

Conceito: Alteração das funções do neurodesenvolvimento do indivíduo, interferindo na capacidade de comunicação, linguagem, interação social e comportamento.

Terminologia Adequada: Pessoa com autismo, pessoa com transtorno do espectro autista ou autista.

Adaptações Possíveis:

- Conheça a história do estudante, estratégias de estudo já construídas pode lhe auxiliar no contexto educacional;
- Utilização de linguagem clara e objetiva;
- Comunique o estudante com antecedência sobre alguma mudança, para que este tenha tempo hábil de adaptar-se. Por exemplo: (mudança de sala, dias de aula, professor, etc.);
- Os estudantes com TEA são diversos, pois cada um apresenta uma característica. Há estudantes que são organizados em um item ou têm total predisposição para um campo do conhecimento. Ao notar alguma facilidade do aluno, tente trabalhar isso com riqueza, privilegiando suas habilidades;
- Seja sempre muito claro sobre as atividades, tanto as de sala de aula quanto os trabalhos. Explique claramente os prazos e critérios;
- Promova acolhimento - transforme a sala de aula num ambiente que acolha. Por vezes o estudante precisa manusear constantemente um objeto, ou ficar em pé no fundo da sala. É importante livrar o local de críticas ou brincadeiras maldosas.

Estratégias de Ensino Inclusivo

As estratégias inclusivas auxiliam na permanência dos estudantes independente de sua condição física ou intelectual. Aqui estão algumas abordagens práticas para promover um ambiente acadêmico inclusivo:

- **Diversificação de Métodos de Ensino:** Utilize diferentes métodos pedagógicos, aulas expositivas, trabalhos em grupo, atividades práticas e discussões;
- **Materiais Diversificados:** Prepare materiais de ensino em vários formatos (texto, áudio, vídeo, visual) para atender a diferentes estilos de aprendizado;
- **Materiais Acessíveis:** Forneça materiais de ensino em diversos formatos, quando necessário, (braille, áudio, texto digital) para atender às necessidades de todos os estudantes;
- **Aprendizagem Ativa:** Envolva os estudantes em atividades que promovam a participação, como debates, simulações e estudos de caso;
- **Flexibilidade nos Prazos:** Ofereça prazos flexíveis para a entrega de trabalhos e realização de provas.
- **Tecnologias Assistivas:** Sempre que possível utilize softwares e aplicativos que facilitem a interação e a aprendizagem do estudante;
- **Avaliações Diversificadas:** Proponha diferentes formas de avaliação, como provas orais, apresentações, trabalhos escritos e projetos práticos. Devem ser exploradas as potencialidades da pessoa – foco na habilidade, sem minimizar o grau de exigência;

Estratégias de Ensino Inclusivo

- **Plano de Adaptações Curriculares:** Quando necessário, desenvolva com os estudantes planos de estudo personalizados que atendam às suas necessidades específicas;
- **Feedback Contínuo:** Demonstre os pontos positivos e negativos de forma clara, construtiva, respeitosa. Este monitoramento é importante, pois permite a percepção do seu próprio desempenho, potencial e capacidade motivando o estudante;
- **Parceria com Núcleos e Setor de Acessibilidade:** Trabalhe em conjunto com as equipes de acessibilidade do Campus, para identificar e atender às necessidades específicas de cada estudantes;
- **Tutoria e Atendimento Individualizado**: Disponibilize tutores e horários para que seja possível oferecer apoio acadêmico individualizado ao estudante;

Avaliação

A avaliação no contexto educacional deve orientar ações para eliminar barreiras que interferem na aprendizagem e participação dos estudantes. A prática tradicional de avaliação, centrada em provas e exames, pode ser substituída por provas orais, utilização de projetos, apresentações, portfólios ou realização de prova em sala separada para maior concentração. O objetivo maior da avaliação é identificar potencialidades e dificuldades dos alunos, e uma nivelação para um "aluno ideal". Nas palavras de Castro (1992, p. 17 *apud* BRASIL, 2008, p. 21), "A avaliação não deve ser vista como uma caça aos incompetentes, mas como busca de excelência pela organização escolar como um todo".

A avaliação precisa estar relacionada à aprendizagem do indivíduo, e objetivando conhecer, propor e indicar maneiras de adaptar os processos de aprendizagem e desenvolvimento, visando qualificar o percurso acadêmico. É fundamental considerar o estudante em seu contexto, onde ele participa, interage, convive e aprende, pois a avaliação fundamenta e organiza a proposta pedagógica.

Entendemos que a aprendizagem conduz o sujeito a níveis mais complexos de desenvolvimento e que é responsabilidade do docente mediar a aprendizagem dos estudantes e, consequentemente, alcançar elevados índices de desenvolvimento acadêmico.

Considerações Finais

Esta pesquisa investigou os fatores que influenciam na evasão de estudantes com deficiência na UFFS, com o objetivo de identificar esses fatores e propor ações de permanência. Após a análise identificamos que a maneira como os estudantes com deficiência são recebidos e apoiados pela universidade impacta diretamente em seu desenvolvimento acadêmico e permanência na instituição.

Nessa perspectiva, várias ações institucionais são necessárias como a reestruturação do Núcleo de Acessibilidade, contratação de profissionais especializados e fornecer suporte contínuo aos docentes. Esse produto educacional "Docente Inclusivo: Um manual prático para a inclusão de acadêmicos Pcd's na Universidade Federal da Fronteira Sul" é uma das ferramentas que pretende auxiliar os docentes no processo de ensino e aprendizagem e esperançando a diminuição da evasão.

Referências

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL.MinistériodaEducação.SecretariadeEducaçãoEspecial.DecretoNº5.296,de02dedezembrode 2004.

BRASIL. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) Educação inclusiva : v. 3 : a escola / coordenação geral SEESP/MEC ; organização Maria Salete Fábio Aranha. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004. 26 p.

MEC. Ministério da Educação e Cultura. O Respeito à Diversidade e o Aluno com Necessidades Educativas Especiais. / coordenação geral UFPR/MEC. - Curitiba, 2000.

MEC. Ministério da Educação e Cultura. Saberes e práticas da inclusão : avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais. [2. ed.] / coordenação geral SEESP/MEC. - Brasília, 2006.

Sassaki, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 3.ed.RiodeJaneiro: WVA,1997.

Siluk, Ana Cláudia Pavão; PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira (Org.). Avaliação: reflexões sobre o processo avaliativo no Atendimento Educacional Especializado. Santa Maria: UFSM, 2015.

Souza, Jairo José de. Cartilha Legal: Inclusão do aluno com necessidades especificas. Instituto federal de Alagoas. 2022.

UNESCO. Organizações das Nações Unidas para a Educação, Ciência eCultura,DeclaraçãodeSalamanca:Princípios,PolíticasePráticaemEducaçãoEspecial,Brasília:M.J.CORDE, 1994. 145